



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: ANTONIA ROSA DE JESUS CUNHA	RECURSO
PROCESSO Nº 00818/2003/004/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3809/2006	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

Antônia Rosa de Jesus Cunha foi autuada em 31.05.2006 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, parcialmente alterado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 31.07.2007, pela FEAM, penalidade de advertência, devendo o autuado corrigir sua situação ambiental no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 3.193,36.

O autuado não apresentou pedido de Reconsideração. A FEAM, em 10.09.2010, converteu a advertência em multa no valor de R\$ 2.501,00.

A Autuada apresentou recurso.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “descumprir condicionantes aprovada pela COPAM; aprovadas na Licença de Operação.” (fl.04)

No Recurso, a autuada alega, em síntese, que:

- Cumprir a condicionante que se refere a instalação das válvulas de antitransbordamento no empreendimento do mesmo nome.
- Apresenta os protocolos nos quais foram apresentados os comprovantes de defesas a que se refere o processo.



Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Em análise aos protocolos apresentados pelo autuado, verifica-se que houve apresentação de comunicação em 14.06.2006, portanto, antes do recebimento da notificação da lavratura do Auto de Infração, que ocorreu em 22.06.2006 (fl. 05). Portanto, a comunicação apresentada é recebida como mera manifestação, pois não se refere ao AI.

No que diz respeito ao documento protocolizado em 10.09.2007, tem-se que o autuado não logrou demonstrar a regularidade do cumprimento das condicionantes, restando plenamente configurada a infração.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 2.501,00, por ser mais benéfica ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: